

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 287-A, DE 2016, DO PODER EXECUTIVO, QUE "ALTERA OS ARTS. 37, 40, 42, 149, 167, 195, 201 E 203 DA CONSTITUIÇÃO, PARA DISPOR SOBRE A SEGURIDADE SOCIAL, ESTABELECE REGRAS DE TRANSIÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2017.

(do Sr. Edmilson Rodrigues)

Requer a realização de Audiência
Pública para debater a PEC 287/2016

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos artigos 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública com a presença de representante da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA e da Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE, para participarem de audiência pública no âmbito da comissão especial, com a finalidade de contribuir nas discussões sobre a reforma da previdência.

JUSTIFICATIVA

Diante da importância da reforma ora proposta pelo Poder Executivo, faz-se necessária a realização de amplo debate na comissão, assim, requeiro que a **Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA** e **Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE**, sejam ouvidas *com prioridade* nas audiências públicas acerca da **PEC n. 287/2016 (Reforma da Previdência)**.

Cumpre esclarecer que as conexões estreitas entre a jurisdição trabalhista e a matéria previdenciária tornam imprescindível a manifestação dos representantes da Justiça do Trabalho, *já nas primeiras audiências*, uma vez que as sentenças trabalhistas e as respectivas execuções (inclusive de contribuições sociais, conforme art. 114, VIII, CF) impactam ampla e diretamente no custeio e nas despesas da Seguridade Social, no âmbito do Regime Geral da Previdência Social. E, por outro lado, é certo que *a Magistratura do Trabalho é representada propriamente pela ANAMATRA*, não por qualquer outra entidade nacional de magistrados. Assim também acontece com a magistratura federal, representada propriamente pela Ajufe. E, por outro lado, o que se pede seja respeitado.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Edmilson Rodrigues

Deputado Federal

PSOL/PA